

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
SERVIDOR PÚBLICO

Token de precatório cresce como opção de investimento em renda fixa 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária de Lula prevê simplificar imposto sobre consumo 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula inicia transição com série de nós para desatar antes da posse 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

PT quer deixar para 2023 discussão sobre tabela do Imposto de Renda 8

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

O País precisa de uma indústria forte (Editorial) 11

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estrangeiros apostam no Brasil (Editorial) 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"É um absurdo não defender a tributação de dividendos" 13

O GLOBO - ON LINE - RJ - MALU GASPAR
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Passageiro vai esperar mais por mala e conexão após aumento de voos em Congonhas", diz
CEO da Latam
..... 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Fome é questão de inequidade, não demografia 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Preocu pações do BC com a política fiscal - ALEX RIBEIRO 20

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Lula e Alckmin discutem como obter aval para gastos extras 21

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Desafios e oportunidades do mercado de carbono europeu (Artigo) 22

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
POLÍTICA

Congresso vive concentração partidária e PT vê benefício para a governabilidade 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Ciro Nogueira é contra crédito extraordinário 27

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Os três pilares do governo de transição 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Inadimplência avança no país e atinge maior taxa anual desde 2016 30

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Inflação recorde nos EUA beneficia republicanos em eleição legislativa 32

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
ECONOMIA

COP-27 decide avançar no debate sobre reparação financeira 37

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

'Olhando para hoje, nós viramos os Estados Unidos' 39

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Espera-se responsabilidade fiscal já na fase de transição (Editorial) 40

Token de precatório cresce como opção de investimento em renda fixa

Eduardo Cucolo

A oferta de tokens de precatórios como alternativa de investimento tem crescido junto com a migração de investidores para produtos de renda fixa em um cenário de juros elevados.

Empresas que negociam criptoativos, como Mercado Bitcoin e Coinext, passaram a realizar ofertas frequentes desses produtos a pessoas físicas, com aplicação a partir de R\$ 100. Também surgem novas plataformas especializadas nesse tipo de produto, como a Droom, que espera se tornar uma espécie de Bolsa de negociação desses ativos para pessoas físicas e jurídicas.

O primeiro desafio, segundo as plataformas, é fazer com que o investidor entenda o produto. O token é a representação digital de um ativo do mundo real. Nesse caso, o ativo é o precatório, título expedido pela Justiça que representa a dívida de um ente público com pessoas físicas ou jurídicas. O token de precatório é, portanto, um ativo digital que corresponde a um pedaço dessa dívida -ou de um conjunto de dívidas, dependendo do produto.

Ao comprar esse direito, os investidores estão antecipando o dinheiro para o dono do precatório, que vende seu título com deságio. Quem investe lucra com a diferença de valor quando o poder público finalmente paga a dívida. O valor aplicado também é corrigido pela taxa básica de juros (Selic) até a data de pagamento.

Entre as vantagens do ativo digital estão a redução de custos de transação e da aplicação mínima, além de diluição do risco, facilidade de negociação -quando há mercado secundário- e isenção tributária para venda de ativos até R\$ 35 mil por mês.

Para calcular o retorno do investimento, plataformas e advogados estimam o prazo para recebimento da dívida. O investidor recebe o dinheiro de volta quando o precatório é pago pelo ente público devedor. Também é possível negociar no mercado secundário, quando este está disponível na plataforma de investimento.

O investimento feito dentro de uma plataforma dá ao investidor a garantia de que aquele título foi auditado

por uma equipe de advogados que atesta sua validade.

Presidente da Comissão de Precatórios da OAB-RJ, Eduardo Gouvêa é um dos fundadores da plataforma de negociação de ativos judiciais Droom, que tem como objetivo a democratização do acesso a esse tipo de investimento, de um lado, e o apoio aos credores, como **servidores públicos** e pensionistas, de outro.

Precatórios avaliados pelo braço jurídico da empresa são registrados como ativos digitais e divididos em tokens de R\$ 1.000, que podem ser adquiridos por pessoas físicas e empresas. A plataforma oferece garantia de recompra dos papéis.

Gouvêa afirma que hoje o grande gargalo desse mercado é a originação de crédito confiável de qualidade e seu alto custo de administração e gestão. A expectativa é que o uso de tecnologia e o aumento no volume ajude a reduzir esses custos.

"Estamos aproximando o crédito certo do investidor certo. A gente quer democratizar, de pessoa física a empresa multinacional", afirma Gouvêa. "E dar acesso aos advogados e credores de precatórios a um mercado muito mais amplo."

A plataforma de criptoativos Coinext lançou neste ano seus dois primeiros produtos relacionados a precatórios, ambos tendo como devedor o estado de São Paulo.

No primeiro, foram vendidos R\$ 400 mil em cotas de R\$ 100 a mais de 8.000 investidores, com retorno estimado de 25% ao ano e prazo previsto de 24 meses. A segunda oferta, ainda aberta, é de um precatório de R\$ 250 mil.

José Artur Ribeiro, presidente-executivo da Coinext, afirma que a adesão ao produto ainda é menor do que a vista, por exemplo, no token de royalties musicais da plataforma, que alcançou quase 15 mil investidores. Ele espera, no entanto, que a demanda por esse tipo de produto alcance de R\$ 1 milhão a R\$ 1,5 milhão dentro da sua base de clientes em um prazo de 12 a 20 meses.

"O primeiro desafio é ensinar para o nosso público o que é produto. É uma base que entende mais

facilmente o bitcoin do que o precatório", afirma.

O Mercado Bitcoin opera desde 2019 com esse produto. Dos R\$ 200 milhões em tokens já lançados na plataforma, R\$ 25 milhões se referem a precatórios -o restante inclui ativos digitais de consórcios, contratos de energia e recebíveis.

Cada token de R\$ 100, nesse caso, representa uma cota de um conjunto de ativos, o que ajuda a diluir o risco de demora no pagamento. São usados precatórios depositados, aqueles que já foram pagos pelo Estado ao Judiciário e aguardam para serem liberados ao devedor.

Vitor Delduque, diretor de Novos Negócios da plataforma, afirma que a incerteza jurídica e política gerada pela falta de definição sobre as regras para precatórios levou a empresa a suspender o lançamento de tokens com lastro nesses ativos neste ano. A expectativa é voltar a ofertar o produto em 2023.

É possível, no entanto, adquirir o produto no mercado secundário oferecido pela plataforma -

no qual o papel é negociado com base na cotação do momento-, que tem registrado grande movimentação neste ano.

Delduque faz um paralelo entre ativos digitais e tradicionais, sendo que as criptomoedas estão mais próximas de um investimento em renda variável e os tokens, da renda fixa.

"É mais fácil entender quando a pessoa faz esse paralelo. O investidor consegue atrelar os riscos que ele tem no [mercado] tradicional ao mercado de token, para não se sentir tão desconfortável nessa migração para a economia digital", afirma.

"O token não foge daquilo que é o [investimento] tradicional. A regra é diversificar. A gente sempre tenta mostrar para o investidor o quanto é importante estar em mercados diferentes de risco e ativos."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

88

Reforma tributária de Lula prevê simplificar imposto sobre consumo

Eduardo Cucolo são paulo

As reformas de tributação sobre consumo e renda, que não chegaram a ser aprovadas pelo Congresso no governo Bolsonaro, estão entre as principais propostas que podem ser votadas no início do novo governo Lula (PT), em 2023.

Os principais textos em tramitação remetem a propostas que têm sido discutidas há 15 anos, ou seja, desde governos do PT até a atual gestão.

A unificação dos principais **tributos** sobre o consumo, por exemplo, é tema de duas propostas do Legislativo e de um projeto apresentado pelo atual governo - nenhuma foi votada. Em seus principais pontos, os textos remetem a um projeto elaborado ainda no segundo governo Lula.

A ideia também foi defendida na campanha pelos candidatos derrotados Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB) e é citada no programa de governo da chapa Lula/Alckmin, que fala em "simplificar e reduzir a tributação do consumo".

O petista defendeu ainda correção da tabela do Imposto de Renda, tributação de lucros e dividendos e taxação dos mais ricos. Dois desses temas estão em projeto do governo Bolsonaro que chegou a ser aprovado pela Câmara, mas parou no Senado.

A proposta da Câmara, a PEC 45, foi apresentada em 2019 pelo deputado Baleia Rossi (MDB), e tem como base projeto do economista Bernard Appy, número 2 no Ministério da Fazenda de 2003 a 2007 (era Lula), citado como um dos economistas que podem integrar o governo Lula 3.

Ela prevê a substituição de cinco **tributos** (os federais PIS, Cofins e IPI, o estadual ICMS e o municipal ISS) por um imposto sobre bens e serviços (IBS), com arrecadação centralizada e gestão compartilhada, e um imposto seletivo sobre cigarros e bebidas.

A última versão do texto é o relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que prevê também substituir a desoneração da cesta básica pela devolução de imposto para famílias de menor renda.

A alíquota seria a mesma para todos os bens e

serviços, o que significa onerar mais as pessoas de maior renda.

O texto tem amplo apoio do setor industrial e bancário, mas enfrenta resistência de parte das empresas de serviços (que seriam mais taxadas) e das grandes cidades, que perderiam a total autonomia sobre o ISS. Também será necessário consenso entre os governadores, que terão de abrir mão da concessão de benefícios fiscais -a tributação será feita no destino e não mais no local em que está a empresa.

Uma versão semelhante é a PEC 110, do Senado, com relatório do senador Roberto Rocha (PSDB-MA). Uma das principais diferenças é ter um modelo de IBS federal e outros para estados e municípios.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50088>

Lula inicia transição com série de nós para desatar antes da posse



Após vitória, Lula faz discurso a apoiadores na avenida Paulista, em SP, no último dia 30. Eduardo Knapp/Folhapress

Julia Chaib Brasília

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) inicia nesta semana os trabalhos da transição de governo com os desafios de construir uma ampla base no Congresso, garantir espaço no Orçamento para viabilizar programas prometidos na campanha, definir os nomes do novo ministério e estreitar laços com atores internacionais.

Esses objetivos são elencados por aliados do petista - que encerrou folga tirada após a eleição - como algumas das primeiras missões que terá antes de assumir o cargo.

Lula viajou na última terça (1º) à Bahia para descansar e chegou sábado (5) a São Paulo. Ele tem prevista para esta segunda (7) uma reunião com os principais integrantes do grupo que montou para tocar o processo de transição entre governos.

A expectativa é a de que Lula e seu vice, Geraldo Alckmin (PSB), desembarquem na capital a partir de terça-feira (7). Os detalhes da agenda serão definidos nesta segunda.

A ideia é que o petista faça visitas aos presidentes do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Alexandre de Moraes, e do STF (Supremo Tribunal Federal), Rosa Weber.

Também deve se encontrar com Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado, e Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara.

Embora tenha designado Alckmin como o coordenador da equipe, com o auxílio da presidente do PT, Gleisi Hoffmann, e do ex-ministro Aloizio Mercadante, o petista dará a palavra final em algumas etapas do processo.

No encontro desta segunda, Lula ouvirá a proposta elaborada por seus aliados para garantir a manutenção do pagamento de R\$ 600 de Auxílio Brasil (que voltará a ser chamado de Bolsa Família), o aumento do salário mínimo, entre outros planos. Caberá a ele avaliar a solução.

Da mesma forma, vai chancelar os nomes que serão indicados para compor sua equipe de transição. A expectativa é que nesta segunda alguns nomes já sejam oficializados. Mas, segundo Gleisi, algumas nomeações ocorrerão ao longo da semana.

A dirigente já recebeu uma lista com indicações prévias dos 10 partidos que se aliaram a Lula durante a campanha, e outras virão nos próximos dias. O CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil), que será a sede do governo de transição, passou por algumas modificações no final de semana e já passará a receber integrantes do grupo.

Ao longo da última semana, partidos, dentre os quais PSB, PSOL, Rede, PV, PC do B, Solidariedade, Avante, Agir e Pros, indicaram nomes para compor oficialmente a transição.

Já foram enviados os nomes do presidente do PSOL, Juliano Medeiros, da presidente do PC do B, Luciana Santos, do deputado Wolney Queiroz (PDT), do portavoza da Rede, Wesley Diógenes.

Alckmin também já designou o ex-deputado Floriano Pesaro, que tende a ser uma espécie de braço direito do vice-presidente eleito.

Ainda nesta segunda, a ideia é construir o desenho do que será a transição, definindo as comissões temáticas. Alckmin indicou a aliados querer que haja grupos maiores, subdivididos em menores.

A partir da definição do desenho, os partidos indicarão outros nomes. O PSOL, por exemplo, quer que o deputado eleito Guilherme Boulos (SP) participe das

discussões.

Enquanto isso, Lula pediu, por exemplo, que Fernando Haddad (PT) sondasse o ex-ministro da Educação José Henrique Paim para que montasse um grupo para atuar na transição.

Alckmin sondou os economistas André Lara Resende, Guilherme Mello e Pérsio Árida, que é colunista da Folha, considerados pais do Plano Real, para a equipe.

O economista Guilherme Mello, professor da Unicamp, também foi acionado.

Segundo relatos, o vice-presidente conversou com a senadora Simone Tebet (MDB), que terminou em terceiro lugar na corrida presidencial, para auxiliar no processo. Aliados de Tebet dizem que ele pediu a ela que ajude também na relação com o Senado.

Após a eleição, uma das primeiras medidas de Lula foi orientar os aliados a ampliar ainda mais a frente de partidos que o circundam com a intenção de formar uma base no Congresso.

Foram procurados PSD, União Brasil e MDB. Este último terá alguma representação no ministério de Lula com a figura de Tebet, que atuou ativamente na campanha de Lula no segundo turno.

Aliados dizem acreditar que os partidos tendem a compor a base de Lula, mesmo com defecções internas.

Gleisi, que conduz as negociações políticas, deverá ter conversas nesta semana com Baleia Rossi, presidente do MDB, Gilberto Kassab, presidente do PSD, e Luciano Bivar, da União Brasil.

O presidente do MDB disse à Folha que não está preocupado com cargos. "Não queremos uma relação fisiológica pois isso já prejudicou o MDB no passado. Queremos compromisso com uma agenda de crescimento do país. Com pautas convergentes como a **reforma tributária** e outras mais", disse Baleia.

Pelas promessas de Lula, o número de ministérios será expandido de 22 para ao menos 32.0 PT pretende usá-las para acomodações políticas. O ex-presidente tem sido cobrado a apresentar os nomes, sobretudo os que comandarão os ministérios econômicos, mas não deu indícios de que fará isso antes de dezembro.

Aliados de Lula traçaram um cenário em que a base de apoio no Senado começaria com 51 das 81 cadeiras e, na Câmara, com 312 das 513.

Integrantes do MDB defendem a formação de um bloco com União Brasil, que teria 20 senadores e foi deputados, para pensar a sucessão da Câmara e do Senado, além da aprovação de pautas prioritárias.

Lula pode, entretanto, compor uma aliança com o centrão de Arthur Lira (PP-AL), hoje com Bolsonaro.

Em paralelo, Lula pretende aproveitar sua presença na reunião global sobre o clima, a COP27, que ocorrerá no Egito a partir deste final de semana, para reforçar a imagem de um líder empenhado no enfrentamento às mudanças climáticas.

PRINCIPAIS OBJETIVOS DE LULA NA TRANSIÇÃO

Construir base no Congresso

Garantir espaço no Orçamento

Definir os nomes do seu ministério

Estreitar laços com atores internacionais

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50088>

PT quer deixar para 2023 discussão sobre tabela do Imposto de Renda



Luiz Inácio Lula da Silva, durante campanha no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. Foto: Eduardo Anzelli - 12.out.22/Folhapress

Danielle Brant Nathalia Garcia *brasil*

Promessa de campanha do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a correção da tabela do Imposto de Renda deve ser discutida apenas no próximo ano, defendem integrantes do partido.

A votação do projeto que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda ainda neste ano foi sinalizada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), após a vitória de Lula sobre o presidente Jair Bolsonaro (PL). Durante a campanha eleitoral, o petista prometeu isentar do pagamento de IR quem ganha até R\$ 5.000.

Após o segundo turno, a equipe de Lula passou a negociar com o Congresso a apresentação de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para autorizar despesas extras acima do teto de gastos em 2023, incluindo o Auxílio Brasil [que deve ser rebatizado de Bolsa Família] de R\$ 600 e o aumento real [acima da inflação] do salário mínimo.

A estimativa é que essa PEC tenha um custo de pelo menos R\$ 100 bilhões -alguns falam em R\$ 200 bilhões.

A proposta de ampliação das faixas do Imposto de Renda, no entanto, não está sendo discutida no âmbito desta PEC.

Por acarretar renúncia fiscal, o projeto precisa estar contemplado no Orçamento de 2023, em tramitação no Legislativo. A estimativa é que o custo da medida seja de R\$ 22 bilhões -maior do que a proposta para incluir todas as crianças de até seis anos no benefício social extra de R\$ 150, que exigiria R\$ 16 bilhões.

Diante do aperto fiscal, parlamentares do PT

defendem que a discussão seja feita somente no próximo ano. Nesta sexta-feira (4), durante a visita do PT ao CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil), em Brasília (DF), onde será a sede da transição, o senador Paulo Rocha (PT-PA) disse que a correção da tabela do Imposto de Renda é "outra coisa que vai ficar para depois".

Adiar para 2023 evitaria uma espécie de incoerência. Isso porque, de um lado, a PEC da Transição está sendo discutida sob argumento de que não há espaço no Orçamento para contemplar os gastos sociais. Do outro, o governo eleito estaria abrindo mão de uma receita relevante.

Além disso, há a avaliação de que não haveria por que cumprir todas as promessas de campanha antes de o novo governo tomar posse. A PEC, portanto, contemplaria as principais propostas, e as demais seriam acomodadas no Orçamento ao longo do mandato.

"Para nós, a prioridade é qualquer projeto que volte a tributar lucros e dividendos e que reduza a cobrança de Imposto de Renda sobre os mais pobres", diz o deputado Enio Verri (PT-PR), coordenador do PT na CMO (Comissão Mista de Orçamento).

"O governo Lula começa no dia 1º de janeiro. Não dá para fazer este tipo de debate no governo Bolsonaro. Então, quando começar o ano, quando nós tomarmos posse é que nós vamos começar o debate da tabela do Imposto de Renda, se possível um pouco mais ampla. Se não for uma grande, pelo menos uma pequena reforma tributária."

Uma ala da Câmara defende que se vote o projeto de ampliação da tabela ainda neste ano. Autor do texto que estende a isenção do IR para quem ganha até R\$ 5.200, o deputado Danilo Forte (União Brasil- CE) afirma que a correção é uma demanda antiga da sociedade.

"Entendo que temos uma ótima janela para avançar no projeto, uma vez que o tema esteve presente como prioridade nas duas campanhas", disse o parlamentar.

"A Câmara tem demonstrado uma grande determinação em colocar a agenda da redução de impostos, como ficou provado na aprovação do teto

do ICMS. Nos colocamos à disposição do governo eleito para tocar este tema e acredito que é possível entrar no próximo ano com essa questão equalizada, já com a medida em vigor."

Forte defende ainda que não é razoável manter "uma taxa in justa sobre a população, especialmente a mais carente, por mais um ano, se temos a oportunidade de tratar disso agora". Para ele, a discussão poderia ser feita no âmbito da PEC da Transição.

Líder do governo na Câmara, o deputado Ricardo Barros (PP-PR) afirma que a intenção é negociar com o líder da oposição, Wolney Queiroz (PDT-PE), temas que tenham reflexo na gestão Lula -o que incluiria a proposta do Imposto de Renda.

A tabela de cobrança do Imposto de Renda é a mesma há sete anos, quando o salário mínimo era de R\$ 788. Se não houver reajuste, brasileiros que ganham 1,5 salário mínimo, atualmente isentos, terão de pagar imposto no próximo ano.

Segundo simulação feita em julho pelo Sindifisco Nacional, que representa os auditores fiscais da Receita, uma pessoa que recebe R\$ 5.000, após deduções, paga hoje R\$ 505,64 de IR. Se toda a defasagem da tabela fosse corrigida, esse valor cairia para R\$ 24,73.

Foi no segundo ano do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) que a atualização anual deixou de ser feita. A partir da gestão tucana, a correção passou a ser feita de maneira inconstante, como em 2002 e, nos governos do PT, entre 2005 e 2015 -último ano em que houve reajuste.

Para Débora Freire, professora de economia do Cedeplar da UFMG (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais), uma reforma completa seria o mais adequado.

"Em condições ideais, agente poderia ter tributação de lucros e dividendos efetiva, que utilizasse alíquotas progressivas, para que a gente conseguisse aumentar a arrecadação via Imposto de Renda, corrigir distorções, como a tendência à pejetização, e ao mesmo tempo, dar uma boa isenção como essa que tem sido proposta", afirmou.

Mas a especialista ressalta o alto custo político de um projeto mais amplo na transição do governo. "Tem a chance de passar algo ruim e é uma reforma. Então, é melhor deixar para o ano que vem a reforma completa", disse. "Não dá para passar uma correção que seja muito expressiva porque a gente não vai ter

como compensar isso agora, mas acredito que há espaço para passar uma correção mais parcimoniosa."

Freire ressalta que há perda de arrecadação toda vez que a tabela é atualizada, de forma que os governos acabam postergando essa correção para evitar perda de receita.

"O grande problema é que a gente precisa arrecadar para custear bens e serviços públicos, como saúde e educação, e para realizar transferências intergovernamentais para estados e municípios", afirmou.

Para a economista, a correção precisa ser "muito bem pesada" para não comprometer a oferta de serviços públicos e é necessário encontrar fontes alternativas de compensação.

Ciro Nogueira critica "plano B" do PT para ter gastos extras

O ministro Ciro Nogueira (Casa Civil) criticou neste domingo (6) a possibilidade de edição de um crédito extraordinário, por meio de medida provisória, para manter o Auxílio Brasil em R\$ 600. Esta opção é estudada pela equipe do governo eleito de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e vista como possível por integrantes do TCU (Tribunal de Contas da União).

Na mensagem, Ciro ironiza a corte de contas, a qual, segundo ele, não pode tornar o "Poder Legislativo um órgão acessório" do tribunal.

Cabe ao TCU auxiliar e prestar informações ao Congresso em temas que dizem respeito à execução orçamentária.

"Os técnicos em finanças públicas entendem que, para abrir um crédito extraordinário da forma tradicional prevista na Constituição, como exceção ao teto de gastos, precisa-se justificar a urgência e imprevisibilidade. Como fazer isso para uma despesa continuada, como o Auxílio Brasil?", escreveu o ministro.

Ele diz que os especialistas apontam que a "simples" falta de recursos não parece "justificativa suficiente para respaldar a edição de um crédito extraordinário".

Em resposta, o ministro Bruno Dantas, presidente em exercício do tribunal de contas, afirmou que a atuação do tribunal é técnica e não política.

A mensagem de Nogueira foi lida por aliados de Lula como uma forma de pressionar pela edição de uma PEC para permitir despesas fora do teto de gastos.

Lula precisa dessa autorização para lançar medidas que propôs, como manter o valor do Auxílio Brasil e dar um aumento ainda maior que o previsto por Jair Bolsonaro (PL) para o salário mínimo.

Neste domingo (6), o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB) reuniu-se com senadores e deputados que cuidam do Orçamento. Eles vão finalizar uma minuta de PEC que autoriza gastos extras para apresentar a Lula nesta segunda-feira (7). A ideia é que a proposta seja apresentada nesta terça (8) ao Congresso.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

88

O País precisa de uma indústria forte (Editorial)

Com crescimento de 2,2%, a indústria puxou a expansão de 1,2% do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro no segundo trimestre deste ano, na comparação com os três meses anteriores. Esse desempenho da economia brasileira foi celebrado pelo governo, que viu nele o fim dos problemas decorrentes da pandemia de covid-19 e a retomada do crescimento acelerado. Para o setor industrial poderia significar a recuperação gradual de seu papel impulsionador e transformador da economia que desempenhou no século passado, mas que vem perdendo há algumas décadas. A realidade, no entanto, como ocorre muitas vezes, é menos brilhante do que desejaríamos. E é essa a realidade que aguarda o futuro governo.

Mesmo que cresça 2,7% neste ano e se mantenha entre as dez maiores do mundo, a economia brasileira terá expansão menor do que a da economia mundial. E as projeções para 2023 são de desaceleração acentuada da atividade econômica. Quanto à indústria, o bom desempenho observado no primeiro semestre do ano, além de insuficiente para recolocá-la no lugar que ocupou no passado recente da economia brasileira, não está assegurado no futuro. Esse é o lado mais preocupante, e que merece atenção especial do governo que tomará posse em 1.º de janeiro de 2023.

A indústria de transformação continua tendo papel vital nas mudanças pelas quais passa o sistema produtivo, estimulando a geração e a disseminação de novas técnicas e novos métodos. Ela gera também empregos em geral mais bem remunerados do que os de outros setores e induz a melhoria dos sistemas de ensino na medida em que eleva o grau de exigência do preparo da mão de obra que ocupa.

Mesmo perdendo gradualmente sua participação no **PIB** à medida que os países crescem e se desenvolvem, com a expansão de outros segmentos, como de serviços, a indústria mantém seu papel modernizador. No Brasil, porém, o declínio da indústria em relação a outros setores começou antes de o País ter alcançado o desenvolvimento atingido por outras economias. E a queda se observa também em nível internacional.

O Brasil vem perdendo posição entre os maiores produtores industriais do mundo há quase três décadas. Na última classificação feita pela

Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido), a indústria brasileira ficou em 15.º lugar, respondendo por 1,28% da produção mundial em 2021. Em 1996, respondia por 2,55%.

Os últimos anos têm sido caracterizados por mudanças profundas nos processos de produção e comercialização, com a chamada quarta revolução industrial. A automação que marcou a fase anterior continua importante, mas agora está acompanhada de outros elementos, como robótica, inteligência artificial, interconexão, novas formas de organização da produção e novas formas de negócio.

O impacto sobre o trabalho está sendo notável. A redução das tarefas repetitivas e manuais está exigindo crescentemente trabalhadores multifuncionais e com conhecimento técnico diversificado. E surgem também novas especializações profissionais. Tudo isso ocorre num mundo em que as exigências quanto a questões como meio ambiente, impactos sociais e governança se intensificam. Energia sustentável é um dos símbolos desse novo modelo de produção.

É preciso, porém, que o presidente eleito comece a dedicar atenção a essas questões com presteza.

Reforma tributária que simplifique e estimule a atividade produtiva; investimentos em inovação, ciência e tecnologia; capacitação de mão de obra; eficiência energética com respeito ao meio ambiente; provimento de infra-estrutura adequada de transporte e logística; aperfeiçoamento da legislação trabalhista onde necessário, mas sem ferir direitos, estão entre os temas frequentemente citados por dirigentes da indústria como prioritários. Eles compõem um roteiro que o futuro governo terá de entender se estiver preocupado com o futuro da indústria e da economia brasileira.»

Estrangeiros apostam no Brasil (Editorial)



A atratividade do Brasil para Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) está crescendo.

Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), nos dois primeiros trimestres o Brasil foi o terceiro país que mais atraiu IEDs, depois de EUA e China. Mesmo com uma desaceleração global no segundo trimestre, o País manteve um bom ritmo. A Agência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) estima que os fluxos entre janeiro e setembro atingiram US\$ 66 bilhões, 31% a mais do que o total investido em 2021. No ano passado, o Brasil ficou na sétima posição entre os países que mais receberam IEDs. Agora, a Unctad estima que deve fechar o ano no grupo dos cinco países mais atraentes.

São indicadores importantes, porque o IED se destina a ampliar a produção das empresas, refletindo um interesse duradouro por parte dos investidores.

Por isso é também chamado investimento produtivo.

Segundo o Banco Mundial, é o melhor tipo de investimento para gerar empregos, desenvolver infraestrutura e transferir tecnologias.

O bom posicionamento do Brasil pode ser explicado

por fatores internos e externos. O País foi um dos primeiros a reagir à alta inflacionária mundial, antecipando-se no aumento da taxa de juros, agora estabilizada.

Além disso, está, comparativamente, superando as expectativas em relação ao crescimento e à política fiscal. O Brasil está distante das zonas de riscos geopolíticos (como a disputa EUA e China e a guerra da Ucrânia), e, em meio a eles, as principais economias mundiais enfrentam perspectivas de recessão, com dificuldades em conter a **inflação** via aceleração das taxas de juros.

Países que disputam capital estrangeiro com o Brasil estão menos atraentes. A Rússia, por exemplo, está sob pressão internacional por sua guerra criminosa contra a Ucrânia. A **inflação** está degradando a economia argentina, enquanto o governo faz manobras temerárias na negociação da dívida com o FMI. As políticas econômicas da Turquia têm se mostrado erráticas.

Nestas circunstâncias, o Brasil se beneficia por oferecer ativos com valores atraentes, especialmente na área de commodities. Mas não só. Segundo a Unctad, a entrada de IED se destinou principalmente ao agronegócio, mas também ao setor automotivo, fabricação de eletrônicos, tecnologia da informação e serviços financeiros. A agência aponta que os fluxos têm sido impulsionados, sobretudo, por altos reinvestimentos de ganhos das multinacionais, além de empréstimos de matrizes a filiais no País. A Unctad sugere ainda que a privatização do setor elétrico deve continuar sendo um dos principais canais para o IED no Brasil.

O bom momento não deveria implicar acomodação.

Ao contrário, é preciso aproveitá-lo para sinalizar aos investidores medidas para ampliar ainda mais a credibilidade, principalmente com uma reforma administrativa que elimine privilégios do funcionalismo e ajude a estabelecer níveis sustentáveis para a dívida pública e uma **reforma tributária** que racionalize mecanismos de taxaço e elimine distorções regressivas.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"É um absurdo não defender a tributação de dividendos"

TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO - 23/6/2021



TALITA NASCIMENTO

ENTREVISTA: Sergio Zimerman

Fundador e CEO da Petz, o empresário Sergio Zimerman, acredita que, para além dos programas sociais de distribuição de renda, a **reforma tributária** deve ser encarada como uma ferramenta de justiça social. Em sua visão, hoje os ricos pagam **impostos** de menos e os pobres acabam sendo penalizados.

"Eu, como CEO da companhia, pago menos imposto do que um operador de caixa da minha empresa. Isso é uma vergonha.

Não acho que um país pode dar certo com esse tipo de mentalidade", disse Zimerman.

"Fico preocupado quando vejo todas as propostas de reforma que foram discutidas até o momento... Vejo que nenhuma toca no assunto mais central, que é essa brutal concentração de renda." Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista: O que o resultado das urnas mostrou para o sr. ?

O resultado revela um processo democrático de alternância de poder. Infelizmente estamos vendo esse ruído (referindo-se aos bloqueios em estradas da semana passada). Vejo sempre um novo governo como esperança renovada em um tema que, para

mim, é central: a desigualdade social brutal que existe no Brasil.

Como o sr. vê o viés econômico do governo eleito?

Muitas vezes, uma parte significativa dos políticos imagina que a melhor forma de resolver o problema da desigualdade social é por meio de programas sociais ou por um Estado gigante.

Algum grau de assistencialismo é necessário, principalmente para as pessoas que estão abaixo da linha da pobreza. No entanto, para realmente interferir na desigualdade e promover oportunidades de elevar a condição de vida das pessoas de uma forma estruturada, a mãe de todas as reformas é a tributária.

Por quê?

O sistema atual brasileiro concentra renda. Quanto mais dinheiro se ganha, menos se paga **impostos**. Eu, como CEO da companhia, pago menos imposto do que um operador de caixa.

Isso é uma vergonha. Não acho que um país pode dar certo com esse tipo de mentalidade.

Fico preocupado com as propostas de reforma que circulam e vejo que nenhuma toca no assunto mais central, que é essa brutal concentração de renda. É um sistema regressivo, com tributação no consumo.

No Brasil, há uma média de 50% de **impostos** sobre os bens consumidos. No resto do mundo, a média é de 20%. O que agrava a situação é o sistema de **impostos** embutido. As pessoas não têm consciência da carga tributária que suportam.

A **reforma tributária** era proposta de campanha de Bolsonaro em 2018, mas não se concretizou.

Tenho renovadas esperanças com o governo Lula. Espero que se tenha a visão correta de como empoderar os mais pobres.

Naturalmente, ele teve oportunidade de fazer isso e não fez, mas sempre será tempo de fazer. É um absurdo alguém defender que a tributação de dividendos não deve acontecer.

Não posso falar em nome de todo o empresariado, mas acho que o empresariado que tem consciência não pode imaginar que tributar dividendos seja uma coisa equivocada. l

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Passageiro vai esperar mais por mala e conexão após aumento de voos em Congonhas", diz CEO da Latam

Na semana passada, a chilena Latam saiu oficialmente do Capítulo 11, a lei de recuperação judicial americana, com estrutura de custos que não exibia desde a fusão com a brasileira TAM. A empresa reduziu gastos em US\$ 1 bilhão, diminuiu em 35% seu endividamento e emerge da reestruturação com US\$ 2,2 bilhões no caixa. A nova estrutura já resultou na retomada da liderança no mercado doméstico e na ampliação da malha para 56 destinos, 12 a mais do que antes da pandemia.

Porém, além da alta do combustível, que subiu 68% este ano com a guerra na Ucrânia, o setor enfrenta a possível volta da franquia obrigatória de bagagem, caso o Congresso derrube o veto presidencial nas próximas semanas. Congonhas ainda vai ter sua capacidade aumentada em 10% em abril sem os investimentos em infraestrutura necessários, segundo alerta o CEO da Latam Brasil Jerome Cadier.

Como é a Latam que emerge do Chapter 11 após 30 meses de proteção contra credores?

A Latam hoje é muito mais ágil e competitiva do que antes da pandemia, com capacidade de investimento muito maior. Liderar o doméstico, coisa que a gente não fazia desde 2016, nunca foi meta, mas é reflexo da nossa maior competitividade. Sofremos mais do que nossos competidores porque sempre fomos mais expostos ao mercado internacional, que sofreu mais na pandemia. O aperto foi muito grande. Não tivemos ajuda governamental, diferentemente do que aconteceu nos EUA e na Europa. Optamos por um caminho de reestruturação, enquanto as concorrentes emitiram dívida e não baixaram estruturalmente o custo.

Vocês hoje voam para 12 destinos a mais do que os 44 de antes da pandemia, que era um patamar que estava meio consolidado há anos. A nova Latam vai seguir abrindo novos mercados?

Conseguimos chegar a mais destinos em função da maior competitividade. Antes a gente sempre analisava novas bases, mas a conta não fechava. Com a nossa estrutura de custo atual, começamos a ver novas oportunidades e fomos abrindo.

Tecnicamente, podemos chegar a 70 aeroportos com a frota que temos hoje. Então sem dúvida nenhuma, na medida em que o país voltar a crescer e a depender do preço do combustível, vamos continuar ampliando os destinos.

Como está o mercado agora?

A gente experimenta duas coisas: de um lado a saída da pandemia, que vai aos poucos terminando, mas em cima disso tem uma guerra cujo efeito foi um aumento de 70% no combustível de aviação só este ano. Acho que esses dois efeitos se misturam. Mas a guerra, em algum momento, vai acabar ou seus efeitos serão negligenciáveis.

O que mudou no perfil das viagens pós-pandemia?

A principal mudança foi a migração de parte das viagens corporativas para a teleconferência. Há queda de 10% a 15% nas vendas do corporativo. O espaço foi ocupado por um passageiro de turismo híbrido, que mistura viagem e trabalho, por períodos mais longos, uma semana, quinze dias. Tradicionalmente, 30% da demanda era corporativa. Hoje, 25%. E minha impressão é que não volta a 30%.

O país abriu o mercado antes da pandemia. As estrangeiras que estavam de olho vão voltar?

As medidas para atrair mais competidores ao mercado doméstico tiveram uma infelicidade de timing tremenda. Em 2019 várias empresas consideravam vir ao Brasil. Aí veio a pandemia. A Covid-19 e o petróleo em nível absurdo deixam todo mundo cauteloso. E soma-se a isso o fim da Avianca, em 2018, e o exercício curioso da ITA na pandemia, que reforçam a sensação de que é muito difícil lançar uma empresa nova no Brasil.

E ainda tem a proibição de cobrança por bagagem...

Esse é um fator-chave para uma eventual chegada de novos concorrentes. O Congresso aprovou a volta da franquia, o presidente vetou. E o veto precisa ser apreciado nas próximas semanas, se não tranca a pauta. Se o veto for mantido, há mais chance de

veremos novos entrantes em 2023 ou 2024. Se voltar a franquia de bagagem, a chance é zero.

Tem espaço para mais aéreas?

Conceitualmente sim, é um mercado pequeno que precisa muito da aviação. Voa-se pouco aqui. O múltiplo de voo por habitante é de 0,5. No Chile é 1. Mas tirando o cenário macro de crise, petróleo, estruturalmente, as empresas não entram devido às condições regulatórias: regras que mudam toda hora, como a de bagagens; uma judicialização que não se vê igual em lugar nenhum no mundo. Isso assusta o investidor. Vou entrar para receber processo por atraso de voo que a culpa não é minha? Por isso a gente vê empresas lançando operação na Argentina e não no Brasil. E por fim, você tem três companhias que são muito competentes, com indicadores operacionais de fazer inveja a muito concorrente global. Então não é um mercado tranquilo também.

Qual a expectativa em relação à concessão de Congonhas?

A concessão é necessária e vem com plano importante de expansão que é possível e desejável. Espero que o preço da outorga não machuque demais os custos de operar em Congonhas porque quem assume a operação pagou caro e vai querer aumentar tudo. Mas estou super feliz que a gente vai ter investimento em expansão de capacidade e infraestrutura. No curto prazo, o governo tomou decisão arriscada e equivocada de aumentar em 10% o número de voos a partir de abril, antes de investimentos em infraestrutura. O aeroporto está no limite da capacidade. E isso não tem nada a ver com segurança. Falta balcão de check-in, ponte de embarque, vaga no pátio, vaga no estacionamento de automóvel. Vai ser mais difícil manter a pontualidade. O passageiro vai esperar mais pelas malas, para fazer conexão, vai ter mais fila no raio-X. Tudo isso vai acontecer a partir de abril.

O sr recebeu muita críticas nas redes sociais ao comentar sobre o incidente com um jatinho que parou Congonhas por 9 horas e muita gente lembrou dos acidentes da TAM que pararam o aeroporto no passado.

Às vezes as pessoas falam que eu estou criticando a segurança. Não, não, não. Estou criticando o espaço físico. Acho que as críticas são um reflexo do momento em que estamos no país. Ninguém ouve o seu argumento e sai atacando. Os ataques vieram da aviação geral, que não gosta da ideia de ver reduzida sua operação em Congonhas. Mas o fato é que a gente tem um aeroporto restrito e você precisa alocar essa capacidade da melhor forma possível. A questão

nunca teve a ver com segurança, mas com a capacidade de reação da aviação geral no caso de um incidente. O aeroporto ficou fechado por nove horas. Cadê os equipamentos? Cadê o pessoal disponível? As regras que garantem a segurança jurídica da remoção de uma aeronave por parte de uma equipe terceira impedem com que a aviação geral tenha a mesma capacidade de reação da aviação comercial. Há toda uma questão jurídica de quem vai remover a aeronave e o risco de danos. Até desembaraçar, foram nove horas. É inaceitável sob todos os aspectos.

Mas o sr acha que a aviação geral deve sair de Congonhas?

Eu não tenho nenhum problema com a aviação geral. Essa é a origem da TAM. O fato é que durante a pandemia houve menos voos comerciais em Congonhas e a aviação geral ocupou esse espaço com os slots de oportunidade. E com mais voos, tem acontecido mais esse tipo de evento. O que eu defendo é voltar ao que está na regra para a aviação geral: duas operações por hora na pista principal e seis na pista auxiliar. Outro ponto importante que defendo é que a operação da aviação geral seja limitada a jatos. Estão autorizando muito turboélice, que tem uma performance mais lenta. Ele ocupa mais tempo de pista na aproximação e no taxiamento. Hoje o meu voo atrasa porque entra um turboélice na minha frente ocupando aquele slot. Não tem que tirar a aviação geral de Congonhas, mas podemos tirar algumas lições desse incidente.

Qual a sua expectativa para a economia em 2023 ?

A gente virou uma página importante nas eleições, mas ainda há perguntas. Não sabemos quem vai assumir os ministérios econômicos e o quanto das promessas de campanhas vão ser realizadas. Tenho uma dúvida enorme se vamos aprovar a **reforma tributária**. A grande dúvida para nós é o que vai acontecer com o combustível. Essa é a variável e depende da evolução do conflito na Ucrânia.

Site:

<https://oglobo.globo.com/blogs/capital/post/2022/11/passageiro-vai-esperar-mais-por-mala-e-conexao-apos-aumento-de-voos-em-congonhas-diz-ceo-da-latam.ghtml>

Fome é questão de inequidade, não demografia

SOMOS 8 BILHÕES Clara Balbi são paulo

Três séculos atrás, o economista inglês Thomas Malthus vaticinava que, sem controle de natalidade, o mundo estaria destinado à fome. "A população, quando não contida, cresce em progressão geométrica. A subsistência cresce apenas em progressão aritmética. Um pouco de conhecimento em matemática mostrará a imensidão da primeira potência em comparação com a segunda", escreve ele em seu célebre "Ensaio sobre o Princípio da População", de 1798.

A tese ecoa ainda hoje - quando a população mundial atinge a marca dos 8 bilhões, dez vezes a da época do pai da demografia- e influenciou do movimento ambientalista a setores conservadores, que se apropriaram do argumento para defender agendas anti-imigração, por exemplo.

A previsão de Malthus estava errada -ao menos desde a década de 1960, a produção de alimentos, auxiliada pelas inovações tecnológicas, supera o crescimento da população global ano após ano.

Mesmo assim, a fome não abandonou a humanidade. Relatório mais recente da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) indica que o percentual de pessoas que sofrem de subalimentação no mundo só cresceu nos últimos anos, indo de 8% em 2019 para 9,3% em 2020 e 9,8% em 2021. Isso significa que entre 702 milhões e 828 milhões de indivíduos não têm acesso às calorias mínimas necessárias para uma vida ativa e saudável.

O problema, diz Cario Cafiero, economista e estatístico da FAO, está na desigualdade econômica, já que é o dinheiro que condiciona a obtenção de comida. "A princípio, é possível ter hoje um mundo livre da fome, porque há alimentos suficientes. A questão é a vontade política de dar ao tema a relevância que ele tem. Os governos precisam trocar suas palavras por ações efetivas".

O pesquisador acrescenta que mesmo os impactos de eventos extremos sobre índices como os de subalimentação e de insegurança alimentar têm mais a ver com as suas consequências para o bolso da população mundial e menos com os possíveis

obstáculos no plantio de alimentos ou na distribuição de comida.

É o caso da pandemia de Covid-19, que segundo a FAO fez com que 150 milhões de pessoas a mais sofressem de subalimentação. Mesmo a Guerra da Ucrânia tem impacto relativo sobre a produção de alimentos deste ano, já que boa parte da colheita do trigo na região foi realizada antes do conflito. Cafiero sugere que o encarecimento das contas de luz na Europa, motivado pela suspensão do fornecimento do gás natural russo, afeta muito mais a população do continente do que o conflito em si.

Professora de sociologia da Universidade de Heidelberg, na Alemanha, e líder do grupo de pesquisa Alimento pela Justiça, a pesquisadora Renata Motta afirma que as duas crises ainda expuseram a vulnerabilidade do sistema de alimentação global, cuja ênfase no livre comércio e nas vantagens comparativas de cada região fez com que as dietas locais fossem se empobrecendo e se baseassem em poucas commodities, como trigo, milho e soja. Assim, quando um evento extremo afeta a produção ou a distribuição de um desses produtos, o sistema inteiro desmorona.

Ainda segundo ela, essa dependência ajuda a perpetuar uma "desigualdade de responsabilidades" entre os que mais contribuem para os problemas globais e os que mais são atingidos por eles. A África, quede acordo com as projeções da FAO deve abrigar a maior quantidade de pessoas subalimentadas até 2030, substituindo a Ásia, não tem nenhum país entre os dez maiores emissores de carbono do mundo, mas é muito mais vulnerável a perdas de colheitas em decorrência de mudanças climáticas, por exemplo.

Não que os países ricos estejam a salvo da fome. Motta observa que, desde a adoção das políticas neoliberais dos anos 1980 e, mais fortemente, desde a crise financeira de 2008, houve um grande retrocesso no processo de inclusão social e diminuição da pobreza que vinha ocorrendo no Norte global a partir do fim da Segunda Guerra Mundial.

Seja como for, é na retomada de uma produção local que a pesquisadora enxerga uma solução para a fome. Segundo ela, os dados apontam que a maioria da população na verdade é alimentada por produtores

familiares pequenos e médios, e não pelos imensos campos de monoculturas que, além de tudo, têm grande impacto ambiental e social.

Motta argumenta ainda que soluções que visam o consumidor individual, como a recomendação da FAO de reduzir **impostos** sobre o preço final de alimentos ou as tendências de consumo consciente, não são suficientes para resolver os gargalos do sistema produtivo. O mesmo vale para as "carnes vegetais", desenvolvidas a partir de plantas. "Não é uma tecnologia que vai nos salvar se não mudarmos profundamente as formas de produção e de consumo que levaram à situação atual", uiz.

Cafiero, da FAO, afirma que, nesse sentido, ao menos uma parte da teoria malthusiana segue valendo. É necessário preservar os recursos naturais, porque eles nem sempre são renováveis. "Se continuarmos promovendo o crescimento a todo custo, não alcançaremos nenhuma segurança. É possível que a fome renasça onde não esperávamos", diz.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

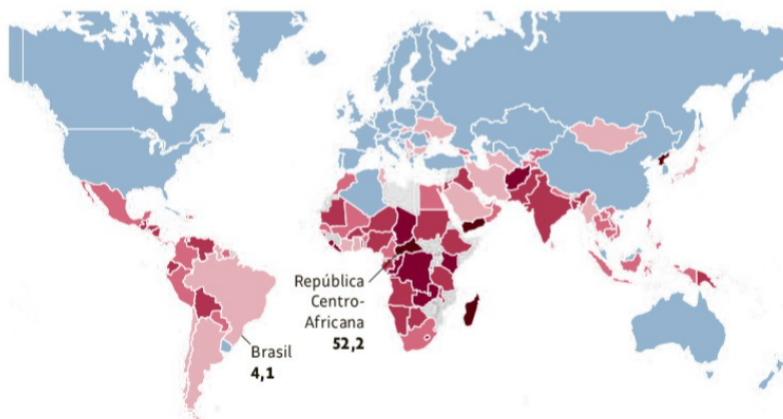
88

África é o continente mais afetado pela fome, seguido pela Ásia

Enquanto 20,2% dos africanos sofre com a subalimentação, problema atinge 9,1% dos asiáticos

Percentual médio de 2019 a 2021 de população subalimentada

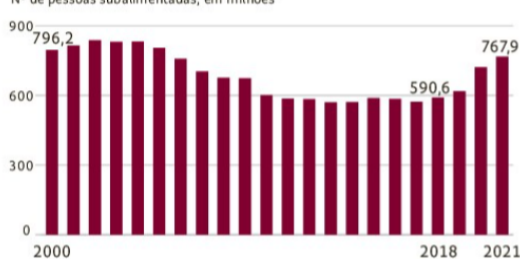
0 a 2,4% 5 a 9,9% 25 a 39,9% Sem dado
 2,5 a 4,9% 10 a 24,9% 40 a 60%



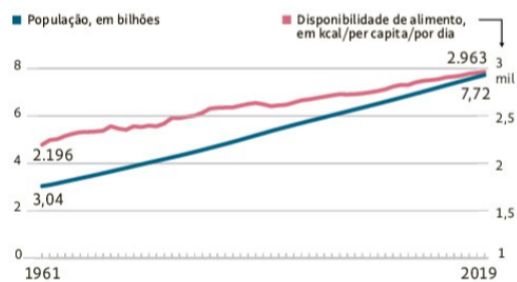
Fonte: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)

Fome volta a crescer no mundo pelo 4º ano consecutivo

Nº de pessoas subalimentadas, em milhões



Produção global de alimentos superou crescimento da população nos últimos 60 anos



Fonte: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)

Pessoas subalimentadas, em %



Fonte: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)

Preocupações do BC com a política fiscal - ALEX RIBEIRO

ALEX RIBEIRO

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187375?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187375?page=1§ion=1

Lula e Alckmin discutem como obter aval para gastos extras

*Andréa Jubé, Daniel Rittner, Edna Simão, Isadora Peron
e Fabio Murakawa De Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187375?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187375?page=1§ion=1

Desafios e oportunidades do mercado de carbono europeu (Artigo)

Por Christian Rosa e Bruno Galvão

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/impresso>

Congresso vive concentração partidária e PT vê benefício para a governabilidade

PEDRO VENCESLAU GUSTAVO QUEIROZ

Quando tomar posse em 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai negociar sua agenda com um Congresso em processo acelerado de concentração partidária. Para o PT, a menor fragmentação de legendas no Parlamento ajuda na cooptação de apoio e formação de maioria, contribuindo para a governabilidade.

O novo governo que assume em 1.º de janeiro tem como desafio atender diversas promessas eleitorais que não cabem no Orçamento (mais informações na página ao lado).

A reorganização partidária já teve efeito no primeiro turno da eleição, quando o número de partidos eleitos na Câmara caiu de 30 para 19. Coligações entre legendas não foram permitidas nas eleições proporcionais, reduzindo os efeitos dos chamados puxadores de voto nas siglas que participaram de federações.

A tendência é de que o número de partidos que podem pesar na balança no Congresso diminua ainda mais no próximo ano. Com o objetivo de ampliar o acesso a cargos estratégicos da Casa, aumentar o Fundo Partidário, valorizar o passe nas negociações com o Planalto ou driblar a cláusula de barreira - ou cláusula de desempenho -, caciques negociam uma onda de fusões ou federações partidárias. União Brasil, PP, PSDB, Cidadania, Podemos e MDB já discutem uniões.

Isso fez o indicador usado pela ciência política para medir o número de legendas com poder real de negociação no Parlamento, o Número de Partidos Efetivos (NPE), regredir aos índices de 2006 nesta eleição. Essa taxa mais que dobrou em 20 anos - foi de 7,1 em 1998 (seu ponto mais baixo) para 16,4 em 2018. Agora, segundo o Observatório do Legislativo Brasileiro, está próxima a 9,3.

Para o líder do PT na Câmara, Reginaldo Lopes (MG), as fusões e federações facilitam o diálogo. "É muito mais fácil governar. FHC (Fernando Henrique Cardoso) governou com dois ou três grandes partidos, Lula com quatro e Dilma (Rousseff), que sofreu impeachment, com 28. A pulverização é péssima", disse Lopes ao Estadão.

Um dos coordenadores da campanha de Lula, o deputado Rui Falcão (SP) concorda. "A concentração partidária facilita a governabilidade, mas fusões e federações não são suficientes. É preciso promover uma **reforma política** com voto em lista. É uma anomalia eleger o presidente sem bancada correspondente", afirmou.

RESTRIÇÃO. A consolidação partidária acelerou mais que o previsto na cláusula de desempenho. Válida desde 2018, a regra pretendia reduzir a quantidade de siglas, já que partidos que não alcançam número mínimo de representantes na Câmara ficam sem acesso aos fundos Partidário e eleitoral.

O sarrafo da cláusula vai subir mais, até 2030. Na mesma reforma, foi definido que partidos podem criar federações para atuar de forma conjunta por quatro anos. A regra permite que siglas sobrevivam à redução da verba do fundo, mesmo com poucos deputados eleitos.

Especialistas ouvidos pelo Estadão afirmaram que essa consolidação partidária tem importância significativa para a governabilidade da gestão pe-tista. O movimento deve facilitar as articulações do governo federal com o Congresso, que terá um colégio reduzido de líderes para determinar pautas.

Para o cientista político Júlio Canello, do Observatório do Legislativo Brasileiro, três vetores são determinantes para a governabilidade: o número de partidos com expressão, a polarização dentro deles e sua disciplina. "Se assumimos a premissa de que as bancadas são disciplinadas e os partidos conseguem cumprir acordos, dado um desenho de distribuição ideológica, um sistema partidário com menos partidos se torna mais governável." Cientista político e diretor do Pulso Público, Vítor Oliveira destacou que este cenário faz com que a necessidade de formar coalizões caia substancialmente, o que não pressupõe que será fácil para o novo governo passar pautas estratégicas. "A capacidade de usar essas ferramentas (de governabilidade) depende da governança que vai ser produzida. Condições existem, mas elas estão sujeitas a interpretar o que os atores estão colocando na mesa", afirmou.

DISPUTA INTERNA. Com a vitória legislativa do

bolsonarismo neste ano, não só legendas pequenas passaram a considerar a atuação conjunta. O ponto de partida das negociações é a sucessão da presidência da Câmara. A vitória de Lula abriu espaço para a disputa pela vaga. O atual presidente, Arthur Lira (PP-AL), já articula apoio do petista para sua reeleição.

Para fazer frente ao PL - sigla de Jair Bolsonaro -, que elegeu 99 deputados, União Brasil e PP chegaram a negociar uma fusão que reuniria 106 parlamentares e seria a maior força da Câmara. "Se já temos força com 60 deputados, imagine com 106. Para facilitar a governabilidade, é preciso que haja menos fragmentação", disse o deputado Luciano Bivar (PE), presidente do União Brasil.

O dirigente ponderou, no entanto, que antes será necessário fazer uma mudança na lei dos partidos para permitir que uma nova fusão seja feita antes do prazo de cinco anos. Pela regra atual, o União Brasil, que nasceu da fusão do DEM com PSL, teria de esperar três anos e meio para uma nova incorporação. Alguns quadros do PP já entendem que a federação seria um caminho melhor que a fusão, já que Bivar e Lira cobiçam a presidência da Câmara.

Em busca de protagonismo no Congresso, PSDB, MDB, Cidadania e Podemos dialogam sobre uma fusão ou federação que reuniria 73 deputados. "Vejo dois caminhos para o PSDB: fusão com MDB ou fundir com PDT e PSB em um partido so-cial-democrata de centro-esquerda", disse o ex-deputado Marcus Pestana, candidato derrotado do PSDB ao governo de Minas em 2022. Em entrevista ao Estadão, o governador eleito do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), também não descartou que os tucanos possam acatar uma fusão.

Presidente do Cidadania, que está federado com o PSDB, Roberto Freire defende a ampliação da federação com MDB e Podemos. "A tendência é caminhar para a formação de dois grandes blocos, e talvez um terceiro, com três ou quatro satélites em torno deles", disse Freire.

SOBREVIVÊNCIA. Partidos menores negociam fusão para driblar a cláusula de barreira. Das 16 legendas barradas este ano, sete elegeram deputados federais. Dessas, quatro negociam fusão: Patriota com PTB e PROS com Solidariedade.

O Novo não conseguiu superar a cláusula. Governador reeleito de Minas, Romeu Zema é a favor de uma fusão, mas a posição diverge da do presidente da sigla, Eduardo Ribeiro, que disse não estar nos planos do Novo qualquer discussão do tipo.

O Avante, que também elegeu menos deputados que

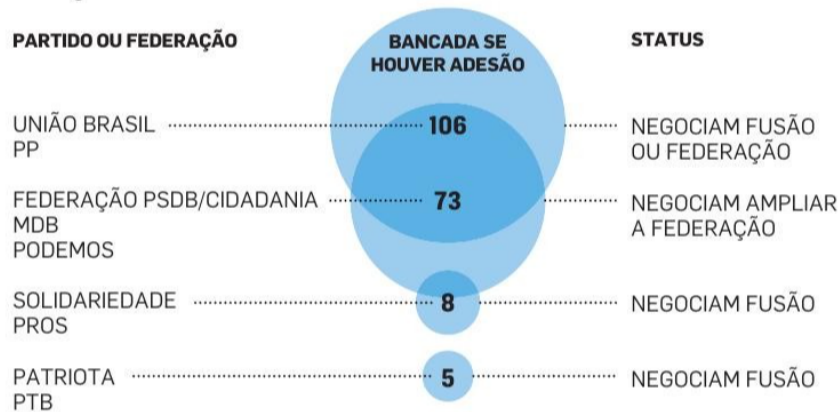
o exigido, não definiu seu futuro. Na mesma situação, o PSC deve reunir dirigentes em breve para propor uma fusão. COLABORARAM RENATA LEITE E PEDRO PLIGHER

PULVERIZAÇÃO MENOR

Com nova fusões e federações, número já reduzido de partidos no Congresso pode se concentrar ainda mais e facilitar governabilidade

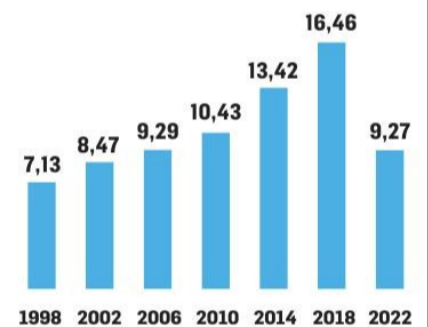
Fusões e federações

Partidos negociam uniões para escapar da cláusula de barreira ou angariar cargos no Congresso



Número efetivo de partidos

Indicador mede o número de partidos com poder de negociação na Câmara



FONTE: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL/OBSERVATÓRIO DO LEGISLATIVO BRASILEIRO / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

.....

Para entender

● Cláusula de barreira

Dispositivo restringe atuação do partido que não obtiver determinado percentual de votos na eleição para a Câmara.

● Regra

Cada sigla tem de obter mínimo de 2% dos votos válidos ou eleger 11 deputados em ao menos um terço das unidades da Federação. Os que não conseguirem perdem acesso a recursos públicos e tempo de rádio e TV.

● Partidos políticos

A meta é reduzir gradativamente o número de legendas no País. Atualmente, são 33 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas há outros 18 em processo ativo de formação.

Ciro Nogueira é contra crédito extraordinário

O ministro-chefe da Casa Civil, **Ciro Nogueira**, criticou neste domingo a possibilidade de abertura de crédito extraordinário pelo futuro governo do presidente eleito **Luiz Inácio Lula da Silva** para dar continuidade ao pagamento do Auxílio Brasil de R\$ 600.

"Os técnicos em finanças públicas entendem que, para abrir um crédito extraordinário da forma tradicional prevista na Constituição, como exceção ao teto de gastos, precisa-se justificar a urgência e imprevisibilidade. Como fazer isso para uma despesa continuada, como o Auxílio Brasil? Eles apontam que não parece que o simples fato da falta de recursos seja justificativa suficiente para respaldar a edição de um crédito extraordinário", afirmou **Nogueira**, em mensagem de WhatsApp enviada aos seus contatos nesta manhã.

O ministro lembra ainda que os créditos extraordinários do auxílio emergencial tiveram respaldo em uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). "Os mesmos técnicos apontam que o TCU, órgão de assessoramento do Poder Legislativo, não pode tornar o Poder Legislativo um órgão acessório ao TCU, pois feriria a Constituição", completa **Nogueira**.

A abertura de crédito extraordinário tem sido tratada pela equipe de transição do governo eleito como uma alternativa, um plano B, à Proposta de Emenda à Constituição (PEC), chamada de PEC da transição, que deixaria as promessas de campanha fora do teto de gastos - regra que limita o crescimento das despesas do governo à **inflação** do ano anterior. O senador eleito **Wellington Dias** (PT-PI) afirmou, na sexta-feira, que a equipe estaria "fixada" na PEC.

"Ainda estamos na organização de duas frentes. Uma, primeiro, diz respeito à redação da PEC. Temos essa alternativa da PEC. O Tribunal de Contas da União tem também essa alternativa do crédito extraordinário. Porém, nós estamos fixados aqui no diálogo que temos tido com o presidente do Senado, o presidente da Câmara, a Comissão de Orçamento, o relator, senador **Marcelo Castro**, todas as equipes técnicas estão trabalhando para que a gente tenha muita segurança e, a partir daí, a redação desse projeto de emenda constitucional", declarou **Dias**, após uma reunião do PT no Senado na sexta-feira.

Os três pilares do governo de transição



Lula retornou sábado do rápido descanso na Bahia e tem reunião hoje em São Paulo antes de ir para Brasília

LULA MARQUES/DIVULGAÇÃO



O CCBB de Brasília será o QG dos integrantes do governo temporário

Vinícius Doria

Entre as promessas de campanha e a realidade do Brasil há um abismo a ser transposto a partir de hoje pela equipe de transição do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e do vice, Geraldo Alckmin (PSB), que vai comandar o time que começa a trabalhar na sede do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB). Ao longo da semana, o Diário Oficial da União trará os nomes dos políticos e técnicos que vão preencher os 50 cargos provisórios destinados pela legislação à equipe do governo eleito.

Lula voltou do descanso na Bahia no sábado e hoje tem agenda de reuniões em São Paulo. O presidente eleito já estará em Brasília amanhã para conversas com lideranças dos partidos que o apoiaram. Estão previstos também para a semana encontros com a ministra Rosa Weber, presidente do Supremo Tribunal

Federal (STF) e com o ministro Alexandre de Moraes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A agenda inclui ainda conversas com os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco.

O início do trabalho de transição terá como base um documento, ainda não divulgado, de cerca de 450 itens, que se tornará o plano de governo de Lula e Alckmin, a partir de janeiro. O documento recebeu mais de 13 mil sugestões de entidades e organizações da sociedade civil e de pessoas que participaram da consulta pública digital promovida pelo PT.

A equipe que vai trabalhar no CCBB será dividida em três grandes núcleos, subdivididos em grupos setoriais. Os eixos principais são desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e defesa da democracia, com foco no que internamente é chamado de "reconstrução do Estado brasileiro", cujo objetivo é fortalecer as instituições e dar mais transparência aos atos de governo.

Esse time será liderado pelo ex-ministro Aloizio Mercadante, que foi o coordenador das Diretrizes para o Programa de Reconstrução de Transformação do Brasil, registrado no TSE como base do programa de governo da chapa Lula-Alckmin.

MINISTROS E CONGRESSO A articulação política para a montagem da equipe do futuro governo, como a indicação de ministros e altos dirigentes da administração pública, se dará em São Paulo, no escritório do presidente eleito, com a participação da presidente do PT, Gleisi Hoffmann, e do vice, Geraldo Alckmin. A ideia é não ter entra e sai no CCBB de nomes "cotados" para assumir cargos, o que não significa que, dentre os membros da transição, não saia um "nomeado".

O maior desafio será adequar as promessas de campanha às restrições orçamentárias para 2023, que não contemplam sequer despesas básicas de políticas públicas em curso, como Farmácia Popular, merenda escolar e campanhas de vacinação. Para isso, entra em campo o terceiro time da transição, o político, responsável pela negociação com partidos no sentido de oferecer saídas legais, viáveis e negociadas para enfrentar a falta de recursos. Apesar de ter defendido a revogação da Lei do Teto de Gastos, que condiciona o aumento das despesas às receitas da União, o presidente eleito Lula já deu aval a saídas alternativas.

A manutenção de alguma âncora fiscal é defendida por economistas que apoiaram a eleição de Lula. A tese ganhou força na reunião da semana passada entre Alckmin, Hoffmann e Mercadante com o relator-geral do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI). Em vez da proposta de revogar o teto de gastos, está sendo negociada uma saída para excepcionalizar despesas para cobrir os aumentos do Bolsa-Família para R\$ 600 (que voltará a ter esse nome, depois de rebatizado pelo governo Bolsonaro como Auxílio Brasil) e do salário-mínimo, que terá reajuste acima da **inflação** no ano que vem.

"Tecnicamente, o mais viável é manter a regra do teto de gasto com algumas exclusões", disse à reportagem um dos especialistas que devem ser nomeados para trabalhar no CCBB. Essa alternativa também é defendida pelo ex-presidente do Banco Central Henrique Meirelles, um dos nomes mais cotados para assumir o Ministério da Economia em janeiro, e pelos economistas que criaram o plano Real Pérsio Arida e André Lara Rezende, convidados por Lula para integrar a transição.

A conta da mudança de governo será alta. Levantamento preliminar da equipe de campanha da chapa Lula-Alckmin aponta que serão necessários, pelo menos, R\$ 150 bilhões para fazer frente às despesas contratadas pelo presidente eleito. Além da manutenção do Bolsa Família em R\$ 600 e do aumento real de 1,3% a 1,4% para o salário-mínimo - que custarão R\$ 52 bilhões e R\$ 6,1 bilhões, respectivamente -, ainda serão necessários mais R\$ 18 bilhões para assegurar o pagamento adicional de R\$ 150 por criança atendida pelo programa de transferência de renda; R\$ 7 bilhões para renegociação de dívidas de estados e municípios; R\$ 1,2 bilhões para o Farmácia Popular; R\$ 10 bilhões para zerar a fila do SUS; R\$ 21 bilhões para aumentar a faixa de isenção do Imposto de Renda para R\$ 5 mil; e R\$ 25 bilhões para investimentos no Minha Casa, Minha Vida, que será um dos carros-chefe da política de retomada de investimentos públicos para reativar a economia. Fora os recursos para educação e meio ambiente, duas prioridades do governo eleito.

INVESTIMENTOS Um dos pontos críticos que serão avaliados pela equipe do gabinete provisório será a limitação orçamentária para investimentos. Além da PEC da Transição - ou de uma medida provisória, que também está sendo negociada - outras alternativas estarão em debate. Uma delas é lançar mão da prerrogativa constitucional para compra de títulos públicos do Tesouro pelo Banco Central. O artigo 164 da Carta Magna, que define a exclusividade da autoridade monetária para emitir moeda em nome da União, contempla a possibilidade de o Banco Central "comprar e vender títulos de emissão do Tesouro

Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros".

Com a regulamentação desse disposto constitucional, a dobradinha entre Tesouro e BC poderia viabilizar o aporte adicional de recursos para ampliar a capacidade de investimentos. "É o governo se endividando com o próprio governo", explicou uma das fontes ouvidas pela reportagem.

A equipe de transição também vai se debruçar na preparação de medidas que serão implementadas nos primeiros dias de janeiro, como a retomada das operações de repressão ao garimpo ilegal, à grilagem e ao tráfico de drogas e armas na Amazônia, e a revisão de todos os decretos do presidente Bolsonaro que facilitaram o acesso a armas e munições, devolvendo ao Exército o papel de fazer a fiscalização e o rastreio desse armamento.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/07/11/2022/p1>

Inadimplência avança no país e atinge maior taxa anual desde 2016



Megaloja da rede Casas Bahia, na marginal Tietê, em São Paulo, durante a Black Friday de 2021. Danião Verpa - 26.nov.21/Folhapress

Lucas Bombana

Pressionados pelos juros altos e por uma **inflação** que, apesar da trégua recente, ainda segue em níveis elevados, o número de brasileiros com dívidas em atraso vem aumentando ao longo dos últimos meses.

Em outubro, o percentual de brasileiros com dívidas atrasadas avançou 4,7 pontos percentuais no período de 12 meses e alcançou o recorde de 30,3%, contra 25,6% em outubro de 2021.

Os dados são da Peic (Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor), que será divulgada nesta segunda-feira (7) pela CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), e representam o maior patamar de inadimplentes desde o início da série histórica, em janeiro de 2010.

A proporção de famílias brasileiras com contas atrasadas cresceu de 30% para 30,3%, quarta alta mensal seguida. Em um ano, foi o maior avanço na inadimplência desde março de 2016.

"Nunca tínhamos tido uma proporção tão alta de famílias com dívidas atrasadas", afirma Izis Ferreira, economista da CNC responsável pela pesquisa.

Em relação a setembro de 2022, houve um aumento de 0,3 ponto percentual no total de inadimplentes em outubro.

Na divisão por faixa de renda, entre os consumidores que recebem até dez salários mínimos (R\$ 12.120

hoje) a taxa de inadimplência saltou de 28,6%, em outubro de 2021, e de 33,1%, em setembro de 2022, para 33,6% no mês passado.

Já entre aqueles com rendimentos acima de dez salários mínimos, a taxa de inadimplência encerrou outubro de 2022 em nível bem menor, de 13,7%, contra 11,6% no mesmo período de 2021 e 13,9% em setembro deste ano.

Além disso, outros 10,6% dos brasileiros que participaram da pesquisa responderam que não terão condições de pagar as dívidas no próximo mês e permanecerão inadimplentes, ante 10,1% em outubro de 2021 e 10,7% em setembro deste ano.

"Temos um problema latente que é o risco dessa inadimplência atingir proporções cada vez maiores, o que tem um impacto na própria capacidade de pagamento no futuro."

A economista da CNC diz ainda que, com o início da oferta do empréstimo consignado para os beneficiários do Auxílio Brasil, e a alta demanda, a tendência é que tanto o nível de endividamento, quanto o de inadimplência, aumente entre as famílias de menor renda.

Embora o valor do consignado seja descontado automaticamente pelo banco, impossibilitando o atraso de seu pagamento, é provável que os consumidores que tomaram o empréstimo, que passarão a ter uma parcela menor do auxílio disponível, enfrentem mais dificuldades para pagar outras contas, diz a especialista.

"Mesmo com a queda da **inflação** e a melhora do mercado de trabalho, ainda assim, o nível de endividamento e os juros altos têm dificultado o pagamento das contas dentro de um mês", afirma Izis.

Os dados da CNC indicam ainda que o total de brasileiros endividados -com dívidas em balanço, embora as contas ainda não estejam em atraso- atingiu 79,2% no mês passado, um aumento de 4,6 pontos percentuais na comparação anual. Apesar da alta, trata-se da menor taxa anual desde julho de 2021.

Já em relação ao mês imediatamente anterior, após

três altas consecutivas, houve um leve declínio de 0,1 ponto.

Os números mostram ainda que o endividamento recuou, em bases mensais, de maneira generalizada entre as diferentes faixas salariais, embora com mais intensidade entre aquelas famílias de renda mais elevada -passou de 75,9% para 75,4% entre os consumidores com renda acima de dez salários mínimos, e de 80,3% para 80,2% entre aqueles com renda de até dez salários mínimos.

Na comparação anual, os consumidores de maior renda foram os que registraram o maior aumento no nível de endividamento, de 5,8 pontos percentuais, ante 4,3 pontos entre os que recebem até dez salários mínimos.

Segundo a economista da CNC, o primeiro trimestre de 2023 é, em particular, um período que tende a ser mais difícil para as pessoas quitarem todas as obrigações financeiras, quando há uma série de pagamentos sazonais -caso do IPTU e do IPVA e das renovações de matrículas e mensalidades escolares das crianças.

"Não temos uma visão de queda da inadimplência no curto prazo", afirma Izis.

A especialista da CNC alerta que ter uma postura conservadora neste final de ano, buscando aproveitar o pagamento do 13º salário para, na medida do possível, fazer alguma economia, é essencial.

"A inadimplência não é boa para ninguém. Nem para o consumidor, nem para a empresa que ofereceu o crédito e muito menos para a economia."

Entre os principais tipos de dívidas estão o cartão de crédito, que lidera disparado, com 86,2% em outubro de 2022. No mesmo mês do ano passado, o indicador era de 84,9%.

Na sequência aparecem os carnês com 19,5% (contra 20,2% há um ano), o financiamento do carro com 9% (ante 12,7% há um ano), o crédito pessoal com 8,4% (9,2% há um ano) e o financiamento da casa com 8,1% (ante 9,4% há um ano).

O gasto com o cartão é associado ao consumo de curtíssimo prazo, o que mostra que o quadro de juros e **inflação** elevados tem afetado de maneira significativa o orçamento das famílias, afirma Izis.

"Elas acabam precisando recorrer ao crédito que é mais fácil de ser acessado para suportar seu nível de consumo, como o cartão de crédito e o cheque especial, modalidades com as maiores taxas de juros",

diz a economista da CNC, acrescentando que também é possível notar uma espécie de diversificação do endividamento, com as famílias fazendo dívidas em duas ou três modalidades diferentes.

O consignado, por sua vez, que está entre as alternativas mais baratas na hora de contratação do crédito, perdeu espaço, indo de 7% para 5% na janela de um ano encerrada em outubro.

No recorte regional, o percentual de consumidores que atrasou o pagamento de dívidas cresceu em 12 estados entre setembro e outubro. Bahia (43,7%), Rio Grande do Norte (42,4%), Minas Gerais (42,2%), Ceará (41,9%) e Roraima (38,5%) registraram as maiores proporções de famílias com contas atrasadas.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50088>

Inflação recorde nos EUA beneficia republicanos em eleição legislativa

LUCIANA ROSA ESPECIAL PARA O ESTADÃO NOVA YORK

Os EUA chegam às eleições de meio mandato com a maior **inflação** dos últimos 40 anos, são 8,2% nos últimos 12 meses. A situação é pior com os alimentos, que aumentaram 11,2% e a energia, que subiu 19,8%. O fantasma da recessão assusta o eleitor que decidirá amanhã quem terá o controle do Congresso.

Como o voto não é obrigatório, muitos podem se sentir motivados a ir às urnas como resposta ao descontentamento com um governo que parece não controlar as consequências econômicas da pandemia e da guerra na Ucrânia.

Segundo pesquisa da Universidade de Chicago, a **inflação** lidera a lista de preocupações dos jovens. Para 24% deles, ela é o problema mais importante. Crescimento econômico, desigualdade e meio ambiente empatam em segundo lugar, com 6% cada.

Cerca de 78% dos americanos classificam as condições econômicas do país como "pobres" ou "muito ruins", de acordo com uma pesquisa realizada pelo SSRS para a CNN em setembro e outubro.

Com o debate dominado pela economia, os republicanos chegam com vantagem. Metade dos americanos diz que as políticas do presidente Joe Biden pioraram a vida, apenas 32% aprovam suas medidas contra a **inflação**.

CRISE GLOBAL. O professor da Universidade de Northwestern, Alvin Tillery, especialista em política, também acredita que a **inflação** seja o fator mais importante na hora do voto. "É um problema global, mas não acho que os democratas tenham feito um trabalho forte quanto a isso", disse. "Biden teria falhado em comunicar que parte da responsabilidade é do presidente russo, Vladimir Putin." Para Tillery, os democratas erram ao afirmar que a questão foge do controle dos EUA. "Não acho que eles tenham feito um bom trabalho de comunicação", analisa Tillery, apesar de o problema afetar vários países do mundo.

Com isso, mesmo não tendo planos concretos para conter a **inflação**, os republicanos se beneficiam simplesmente pelo fato de serem a oposição, diz Tillery. "A política não é apenas sobre o que você

conquistou, mas também sobre o que seus oponentes estão oferecendo", afirmou.

Para Mark Hamrick, analista da consultora Bankrate, "os republicanos são vistos como mais competentes" em temas econômicos. "O que os democratas deveriam estar fazendo é uma combinação do que Barack Obama fez, dizendo às pessoas que estamos diante de um panorama ruim, mas que o outro lado não tem soluções para resolver esses problemas", disse.

A lei de redução da **inflação**, aprovada pelos democratas no Congresso em agosto, é uma medida que não deve reduzir os números da **inflação** no curto prazo e influenciar os votos. Para Hamrick, Biden apostou em conter a **inflação** reduzindo o déficit, diminuindo os preços dos medicamentos e investindo na produção de energia limpa, o que pode ter um impacto apenas no longo prazo.

"Nós vimos um declínio nos preços da gasolina, mas isso não é suficiente para derrubar a **inflação** em geral", pondera Hamrick. "Os eleitores estão fazendo esses julgamentos e vamos ver como fica." MUDANÇA. Por isso, a resposta do eleitor é a mudança. Seguindo o clima eleitoral, essa cacofonia desestimula os eleitores democratas, além de inflar os indecisos e descontentes com a atual situação. Como Justin Williams, funcionário público do Estado de Nova York, que foi votar na High School of Art and Design.

Ele é filiado ao Partido Republicano e espera que a **inflação** influencie o resultado. "Espero que o candidato republicano para o governo estadual ganhe, porque isso seria ótimo para o Estado de Nova York." Outros eleitores ouvidos pela reportagem incluem a criminalidade em sua lista de preocupações. Como o investidor de ações Louis Basile, de 61 anos. "O que mais influencia o meu voto é o crime em Nova York, que está fora de controle." O casal, Diane e Robert, que acabava de depositar seu voto, também aponta o aumento da criminalidade como fator motivador de sua escolha eleitoral, mais do que os números da **inflação**. Apesar de admitir que a economia não está em seu melhor momento. "Terrível! Os gastos, a economia, e é hora de uma mudança", enfatiza Robert.

Alguns eleitores, no entanto, culpam o ex-presidente Donald Trump pela crise. Rachel Anderson disse que

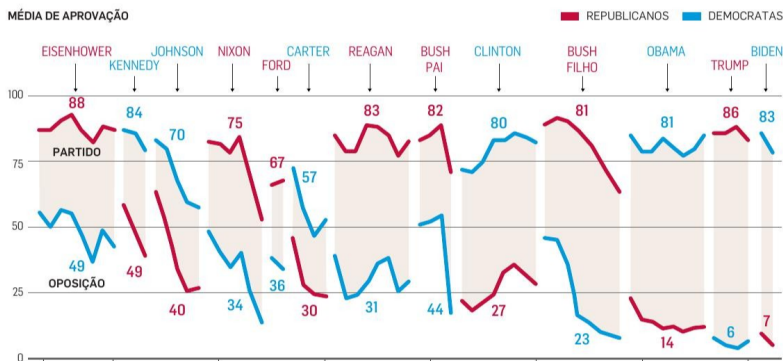
a **inflação** não influenciou seu voto. "Estamos saindo de um período muito longo de agitação por causa da pandemia e precisamos ponderar." Para ela, o governo acaba de aprovar medidas para ajudar as pessoas que realmente precisam de um alívio. "As pessoas acreditam no que quiserem. Mas foram os problemas do último governo que nos colocaram aqui", disse. "Só se passaram dois anos. Precisamos de um mandato completo para resolver isso."

COMPARAÇÃO

Reprovação a Biden torna mais fácil eleição parlamentar para os republicanos, cujos projetos têm se mostrado mais conservadores

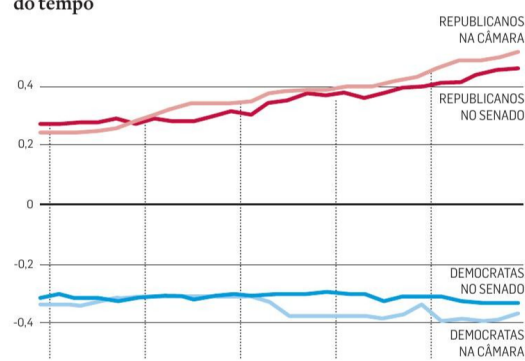
Aprovação do presidente

A diferença na aprovação de um presidente dentro do seu partido e o de oposição foi ficando cada vez maior a cada mandato



Atuação legislativa

Pontuação mostra como Partido Republicano no Congresso se tornou mais conservador em seus projetos de lei ao longo do tempo



FONTE: PEW RESEARCH CENTER E VOTEVIEW; CONGRESSIONAL ROLL-CALL VOTES DATABASE BY NEW YORK TIMES / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

.....

“A inflação é um problema global, mas não acho que os democratas tenham feito um trabalho forte quanto a isso”

Alvin Tillery
cientista político

“Nós vimos um declínio nos preços da gasolina, mas isso não é suficiente para derrubar a inflação em geral. Os eleitores estão fazendo esses julgamentos e vamos ver como fica”

Mark Hamrick
analista econômico

.....

COP-27 decide avançar no debate sobre reparação financeira



Manifestantes do lado de fora da COP-27; a conferência da ONU, aberta ontem, vai até o dia 18 de novembro em Sharm El-Sheikh, no Egito

JOÃO GABRIEL DE LIMA ENVIADO ESPECIAL SHARM EL-SHEIKH

Na abertura da Conferência das Partes sobre o Clima em Sharm El-Sheikh, no Egito, o presidente da edição anterior, o inglês Alok Sharma, passou o bastão para o egípcio Sameh Shoukry, que pilotará a COP27. "Fizemos avanços enormes, o mundo antes do Acordo de Paris, em 2015, e da Rio-92 era muito diferente e pior que hoje", disse Sharma em discurso ontem. "Queremos que esta seja a COP da implementação", afirmou Shoukry em sua vez de falar.

O diplomata egípcio, ex-ministro das Relações Exteriores em seu país, se referia ao fato de que a COP-26, em Glasgow, concluiu os últimos detalhes do Acordo de Paris - o "livro de regras". Definidas as diretrizes, é hora de intensificar os resultados práticos. A meta é conter o aumento da temperatura para 1,5 grau Celsius até 2100, em relação ao início da revolução industrial. Não se trata, no entanto, de um objetivo para o futuro, mas de algo que já se faz sentir no presente - e de maneira especialmente dramática nos países mais pobres.

As enchentes deste ano, que deixaram metade do Paquistão sob as águas, e a fome na Somália, ao sul de Sharm El-Sheikh, devido a secas recorrentes, são exemplos disso. O objetivo de longo prazo - salvar a vida no planeta - foi atropelado por uma questão urgente: evitar a morte e a destruição que a mudança climática já vem espalhando pelo mundo.

"De quantos alertas os líderes ainda precisam?", questionou Alok Sharma em seu discurso. "Há muito mais a ser feito nesta década crítica." RECURSOS. As discussões prévias realizadas no final de semana colocaram o tema das "perdas e danos" no centro da conferência da Organização das Nações Unidas

(ONU). Os maiores responsáveis pela mudança climática são os países do "Norte" global, que se industrializaram ao custo de emissões ilimitadas de gases. Quem sofre as maiores consequências, no entanto, são os Os últimos oito anos (2015-2022) se encaminham para ser os mais quentes já registrados na história, de acordo com relatório provisório da Organização Meteorológica Mundial (OMM), órgão das Nações Unidas (ONU). O boletim sobre o estado do clima estima que a temperatura média global esteja, em 2022, 1,15 grau Celsius acima dos níveis pré-industriais.

países do "Sul", como Somália ou Paquistão, que reivindicam algum tipo de reparação financeira. A isso os ambientalistas chamam "perdas e danos". Estados Unidos e Europa consideram justa uma transferência de recursos do "Norte" para o "Sul", mas não gostam da ideia de reparação histórica.

Há um outro complicador na discussão sobre "perdas e danos". A Guerra da Ucrânia colocou a Europa em crise energética e alimentar. A **inflação** chegou com força e os orçamentos se estreitaram, deixando menos dinheiro para subsidiar. "Quanto maior o aquecimento, piores os impactos", alertou o secretário-geral da OMM, Petteri Taalas, em nota. "O clima cada vez mais extremo torna mais importante do que nunca garantir que todos tenham acesso a alertas precoces que salvam vidas." O relatório, divulgado ontem, considera dados até setembro e também indica que as concentrações dos principais gases de efeito estufa - dióxido de carbono, metano e óxido nitroso - continuam a crescer. l.f.

dios. A transição para a energia limpa, nos termos previstos pelo "European Green Deal", também ficou prejudicada. O consumo de combustíveis fósseis disparou, multiplicando os lucros das empresas petrolíferas, e voltou-se a usar energia oriunda da queima de carvão, para diminuir a dependência do gás russo.

A situação compromete ganhos recentes, expostos pelo ensaísta americano David Wallace-Wells em artigo publicado na semana passada no jornal The New York Times. Há cinco anos, um levantamento de Wells mostrou que o mundo caminhava para um aumento de 5 graus Celsius até 2100, o que praticamente inviabilizaria a vida no planeta. De lá

para cá, no entanto, as coisas melhoraram, e a perspectiva de aumento caiu para entre 2 e 3 graus Celsius.

Ele mapeia as razões e acha que dá para manter o objetivo de 1,5 grau. O uso de energia à base de carvão começou a diminuir consistentemente. Os preços das energias renováveis caíram - 85% a solar, 55% a eólica - tornando-as alternativas viáveis aos combustíveis fósseis. Por último, começa-se a sentir de forma mais efetiva a atuação de governos e empresas. Wells cita o subsídio do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, às energias renováveis.

BRASIL. Uma conferência do clima não se limita às discussões na Zona Vermelha, onde se reunirão os chefes de Estado, como Biden e o presidente da França, Emmanuel Macron, e os primeiros-ministros de Alemanha e Reino Unido, Olaf Sholz e Rishi Sunak. A interação deles com líderes de países emergentes deverá dar o tom da discussão sobre o tema. O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, também irá a Sharm El-Sheikh.

Os cientistas, ativistas, empresários e ambientalistas credenciados ficam em outro lugar, a Zona Azul, onde são montados os pavilhões dos países. O Brasil sempre trouxe às COPs comitivas gigantes. Neste ano, são esperados 800 brasileiros, que participarão de três pavilhões. O da sociedade civil, "Brazilian Action Hub", o do governo federal e o dos Estados da Amazônia Legal. O Brasil é o único país a ter três pavilhões na Zona Azul, e a Amazônia Legal é um dos poucos entes sub-nacionais representados.

Para além da transição energética, um outro vetor de combate à mudança climática é a preservação das florestas. Na COP-27 serão discutidos projetos para as regiões da Indonésia, do Rio Congo, e da Floresta Amazônica, a maior mata tropical do planeta. Numa era de crise econômica, preservar florestas é uma oportunidade de melhorar a pegada de carbono, com ganhos sociais e humanos. O Brasil pode desempenhar um papel importante nessa área - e se tornar protagonista na COP27 e no debate internacional sobre a economia do futuro. colaborou
LEON FERRARI

'Olhando para hoje, nós viramos os Estados Unidos'

Rodrigo Carro Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187375?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187375?page=1§ion=1

Espera-se responsabilidade fiscal já na fase de transição (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/impreso>